

APOIOS

“Sem ovos, não há omeletes”. Patrões querem apoios ao salário mínimo

O assunto ainda não foi à Concertação Social, mas os patrões já avisam: são precisos apoios face à subida do salário mínimo.

ISABEL PATRÍCIO
 ipatricao@jornaleconomico.pt

Conquistada a maioria absoluta, António Costa prometeu que esta seria uma legislatura de diálogo, mas, muito antes de discutir a evolução do salário mínimo nacional na Concertação Social, já estava a indicar que este deverá subir para 750 euros em 2023. Trata-se de uma "decisão política assumida pelo Governo", salienta Eduardo Oliveira e Sousa, presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), que garante que, ainda assim, não se irá opor a essa atualização. Já a Confederação Empresarial de Portugal (CIP) e a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) apelam à discussão da trajetória do salário mínimo. Em comum, CAP, CIP e CCP têm um pedido: são necessários apoios para acompanhar o novo aumento da retribuição mínima garantida.

"Entendemos que a atualização do salário mínimo deve ter uma relação o mais próxima possível com a realidade económica do país", defende Eduardo Oliveira e Sousa, que, em paralelo, exige que sejam criadas as condições "que permitam às empresas portuguesas abraçarem o progresso". "Numa época como a que vivemos, ou o Governo se empenha em criar condições de competitividade, ou a recessão surgirá no horizonte", explica o presidente da CAP, que indica que a redução da carga fiscal deveria ser uma aposta do Governo. "Sem ovos, não se fazem omeletes", atira.

Já a CIP diz que espera que "haja vontade do Governo para levar este e outros temas a um debate sério na Concertação Social", apelando à negociação de um acordo para a competitividade e rendimentos, que "permita chegar a uma política de rendimentos mais equilibrada e consentânea com o objetivo do aumento da produtividade. Um objetivo fundamental para que seja possível a progressão salarial que todos desejamos, sem pôr em causa a sobrevivência das empresas mais vulneráveis, a competitividade externa e o emprego. A CIP defende, nesse sentido, a redução dos custos de contexto e a reforma da fiscalidade sobre as empresas.

Por sua vez, João Vieira Lopes, da CCP, salienta que gostaria "que houvesse condições para uma discussão efetiva sobre o aumento da retribuição mínima para o próximo ano", já que se vive um momento que "exige prudência". O responsável adianta que haverá necessidade de uma compensação para os empregadores, indicando que a redução da Taxa Social Única (TSU) seria a solução "mais expedita e eficaz".

Por outro lado, José Eduardo Carvalho, presidente da Associação Industrial Portuguesa (AIP), afirma que a discussão sobre o salário mínimo tem assentado "numa reflexão pouco sustentada" e indica que "só conhece dois estudos sobre a influência do salário mínimo no desemprego, encerramento de empresas e na competitividade", sendo que num destes é sinalizado, diz, que as empresas com taxas de rentabilidade abaixo de 4,7% têm apenas três alternativas, perante uma retribuição mínima de 750 euros: "despedem, fecham ou introduzem métodos de produção mais competitivos." Já sobre uma eventual compensação, José Eduardo Carvalho é crítico: "[A Concertação Social] é um espaço desequilibrado. As confederações acabam por viabilizar [as propostas do Governo], através de negociações de compensações com reduzidos efeitos".

Luís Miguel Ribeiro, da Associação Empresarial de Portugal (AEP) alerta, por sua vez, que, no contexto atual, as empresas, sobretudo dos setores mais afetados pela crise energética, "não estão em condições de aumentar salários". O responsável defende que, antes, é preciso criar um "contexto mais favorável" que abra a porta à melhoria da produtividade das empresas e, em consequência, aos melhores salários. ■



Eduardo Oliveira e Sousa
 Presidente da Confederação
 dos Agricultores de Portugal